



Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2023.

À

**Estado de Goiás**  
**Secretaria de Estado da Saúde**

**A/C.: Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde -**  
**CICGSS/GAB/SESGO**

Ref.: Primeiro Pedido de Esclarecimentos, conforme estabelece o item 11.2 e seguintes do Instrumento de Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO

**ILMOs.(as). SRs.(as) MEMBROS DA CICGSS/GAB/SESGO**

A Organização Social VIVA RIO, entidade civil de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.343.941/0001-28, com sede à Rua Alberto de Campos nº 12, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ, através de seu procurador abaixo firmado, em atenção ao Ofício em epígrafe, vem, à presença de Vs. Sas., apresentar o presente pedido de esclarecimentos, conforme segue abaixo:

➤ **Pedido de Esclarecimento:**

- **Questionamento nº 1 – Item 3 – Qualidade Técnica –Exigência de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO como Critério de Pontuação para 4 pontos:**

Como de conhecimento dessa D. Comissão, o presente Chamamento tem como objeto a prestação de serviços para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Águas Lindas de Goiás (HEAL), por meio de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade.

Todavia, o presente Instrumento de Chamamento Público, entendeu por fixar, dentre os critérios de Qualidade Técnica, a exigência do CEBAS na área da saúde com proposta de aplicação e recursos na unidade hospitalar, para a obtenção de 04 (quatro) pontos, conforme item a seguir destacado:



Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO.

04 pontos

Todavia, a possibilidade de apresentação de proposta de aplicação de recusos na unidade hospitalar pode ser cumprida mediante a vigência de CEBAS em quaisquer outras áreas de sua emissão, trazendo, assim, um caráter restritivo para a exigência com exclusividade na área da saúde, prejudicando a participação de instituições interessadas ao presente Chamamento Público, na medida em que a referida pontuação pode interferir diretamente no resultado do presente processo, com as devidas vênias.

Para tanto, tem-se, que a Certificação CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal, para que a entidade sem fins lucrativos usufrua de imunidade tributária relativa a alguns tributos específicos, não produzindo qualquer ato vinculado que provoque restrição a sua área de atuação, e se aplica a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, conforme previsto no art. 4º, da LC 187/21, *in verbis*:

*Art. 4º A imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal, relativas a entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida.*

Ou seja, esse certificado é concedido para pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que são reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, e prestam serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde, mas não significa que a atuação da instituição seja restrita a área de vinculação de sua emissão.

De fato, independentemente da área que a instituição tenha obtido o CEBAS, seja na área de educação, assistência social ou saúde, os benefícios tributários serão os mesmos, não havendo qualquer diferenciação entre o CEBAS obtido em cada uma destas áreas, sendo certo que uma instituição com CEBAS na área de assistência social pode atuar na área de saúde, e vice-versa.

Nesse cenário, o CEBAS na área da assistência social, como o da OSC Viva Rio, proporcionará a apresentação de proposta de aplicação de recursos na unidade



hospitalar do mesmo modo em que o CEBAS na área da saúde, não havendo sentido para a manutenção da restrição.

Desta forma, a pontuação vinculada ao CEBAS na área da saúde restringe a competitividade e culmina por direcionar o resultado do chamamento público, excluindo, indevidamente, as instituições que possuem atuação multifacetada e tenham obtido o CEBAS em outra área, mesmo que atuem também na área da saúde.

Vale notar que o objeto do chamamento é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, fato que não possui relação direta com o CEBAS na área da saúde.

A OSC Viva Rio, por exemplo, possui CEBAS na área da assistência social e tem expressiva experiência na área de saúde, com mais de 10 anos de atuação e mais de 12 mil profissionais em atividade atualmente, em diversos contratos com entes públicos, em todos os níveis de complexidade, inclusive com portes superiores ao hospital objeto do presente chamamento.

Nesse sentido, o que se mostra relevante para a atuação da instituição na área da saúde no futuro Termo de Colaboração em questão são as suas qualificação técnica, experiência institucional e capacidade operacional, requisitos exigíveis como critérios de análise e classificação das proponentes, independentemente da área em que obteve o CEBAS, de modo que a exigência acima exposta vai de encontro ao Princípio do Interesse Público envolvido no presente Chamamento Público, restringindo de forma injustificada o caráter competitivo do Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO.

Diante do exposto, entendemos, com a devida vênia, que, para atendimento do disposto no critério de pontuação acima colacionado, do Instrumento de Chamamento Público nº 05/2023-SES/GO, no tocante à exigência de CEBAS, poderão ser aceitos certificados emitidos por outras áreas de atuação, como da assistência social, dentre os critérios de qualidade técnica da instituição proponente, desde que a Instituição proponente comprove a atuação na área da saúde e apresente a proposta de aplicação de recursos oriundos da sua economicidade na unidade hospitalar. O nosso entendimento está correto?

Renovamos protestos de estima e consideração e aguardamos o posicionamento sobre os questionamentos acima elencados.

**JOSÉ RICARDO BARROS PACHECO**  
**OSC VIVA RIO**